

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 2 de outubro, a Monarch Airlines declarou insolvência, deixando 110 mil passageiros no estrangeiro sem viagem de regresso, anulando largos milhões de viagens vendidas e deixando ainda centenas de milhões de euros em dívidas a unidades hoteleiras e outras empresas. Fala-se de 36 milhões de euros só na região do Algarve.

Como sempre, as entidades públicas são depois chamadas a cobrir os prejuízos, a fazer regressar os passageiros, a evitar outras falências, etc.

Não pode deixar de ser sublinhado que esta insolvência faz parte do modelo «low-cost», que tanto assenta o seu sucesso temporário na elevada exploração do trabalho e na desregulamentação, como num esquema fraudulento similar aos das célebres “pirâmides”, onde as perdas a declarar no momento da falência fazem parte, desde o início, dos lucros que são repartidos entre os grupos monopolistas.

Esta falência trouxe prejuízos sérios para o país, mas compreender estes impactos torna-se ainda mais importante quando outras empresas no mesmo modelo de negócio, como é o caso da Ryanair, dão sinais preocupantes com impactos diretos já sentidos por milhares de utentes. Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo um apuramento das dívidas concretas que a insolvência da Monarch deixou no nosso país?
2. Que medidas está a adotar para minorar as consequências dessas dívidas nas famílias e nas empresas portuguesas?
3. Que medidas pensa o Governo poderem ser adotadas para evitar no futuro este tipo de comportamento empresarial?

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)

PAULO SÁ(PCP)